

HABEAS CORPUS Nº 531.465 - CE (2019/0264831-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : JORGE BHERON ROCHA
ADVOGADO : JORGE BHERON ROCHA - CE018356
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : JOSE ITALO DA SILVA FERREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de JOSE ITALO DA SILVA FERREIRA, contra ato do relator do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (HC n. 0628878-77.2019.8.06.0000).

Narra a inicial que o paciente teria sido beneficiado com alvará de soltura em processo no qual responde pelo crime de homicídio. Contudo, o oficial de justiça o teria deixado de cumprir o referido alvará, sob a alegação de que existiria impedimento à soltura.

Irresignada, a defesa impetrou *writ* perante o Tribunal de origem, alegando que o óbice a que se referiu o oficial de justiça é a decisão de prisão preventiva constante do mesmo processo em que se determinou a soltura.

A desembargadora plantonista, entendendo que a hipótese não se enquadraria nos casos a serem analisados em sede de plantão judicial, não conheceu da ordem impetrada.

A defesa interpôs agravo regimental, o qual foi desprovido, determinando a redistribuição dos autos para a atual relatoria.

Daí o presente *mandamus*, em que a defesa se insurge quanto ao fato de, até a presente data, não ter sido proferida decisão nos autos originais e, ainda, reitera as alegações iniciais, no sentido de ilegalidade flagrante da continuidade da prisão, pois não há ordem judicial de decretação da prisão.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura.

Liminar indeferida às fls. 178/179.

Informações prestadas às fls. 172/173.

O Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do *writ* (fls.

184/188).

É o relatório.

Decido.

A presente impetração traz pedido idêntico ao formulado no HC 527.591/CE, o qual foi indeferido liminarmente, e em ambos se ataca acórdão do Tribunal de Justiça Do Ceará no *Habeas Corpus* n. 0628878-77.2019.8.06.0000.

Assim, diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento deste *mandamus*, reservo a análise da controvérsia aos autos da primeira impetração.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. REITERAÇÃO DE PEDIDO FORMULADO NO RHC N. 42.510/RJ.

MANIFESTAÇÃO DO COLEGIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - O presente recurso é mera reiteração do pedido já formulado e decidido, nos autos do RHC n. 42.510/RJ, pela col. Quinta Turma.

II - Observa-se do termo de recebimento e autuação que ambos os processos possuem o mesmo número de origem, além de aduzirem os mesmos argumentos e formularem idênticos pedidos.

Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 42.638/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2014).

Confiram-se os seguintes julgados:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS (533, 725 KG DE MACONHA). POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO E DE USO RESTRITO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. QUESTÃO NÃO DEBATIDA NO ACÓRDÃO IMPUGNADO. EXCESSO DE PRAZO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. A impetração de habeas corpus com o objeto idêntico ao de outro já julgado caracteriza indevida reiteração de pedidos, circunstância que impede o conhecimento das alegações suscitadas.

2. Se o Tribunal de origem não decidiu o tema referente aos fundamentos da prisão cautelar da paciente no acórdão impugnado e a atual impetração não foi instruída com o julgado que debateu a questão na origem, não tem cabimento o Superior Tribunal de Justiça

falar a respeito da idoneidade ou não da motivação da custódia provisória.

3. Quando o retardo na instrução decorre de circunstâncias excepcionais (por exemplo, da necessidade de se deprecar a realização de atos processuais, inclusive para citar a própria paciente, e da dificuldade em citar o outro acusado, que não está sendo localizado e contra quem está em aberto mandado de prisão), não há falar em extrapolação dos limites da razoabilidade ou em demora injustificável. A fim de que não se efetive o apontado constrangimento ilegal de excesso de prazo para formação da culpa, é recomendável o desmembramento do feito em relação à paciente.

4. Habeas corpus conhecido em parte e, nessa parte, denegado, com a recomendação ao Juízo a quo de imprimir celeridade no julgamento da ação penal, inclusive desmembrando o processo se necessário for (HC 340.037/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 18/04/2016).

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. NULIDADE DA SENTENÇA. ABSOLVIÇÃO. REITERAÇÃO DE PEDIDO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

I - A inicial do presente mandamus pugna pelo reconhecimento da nulidade da sentença e pela absolvição do paciente, sendo esse o mesmo pedido formulado no HC n. 334.031/SP, o que configura reiteração de pedido, processualmente inadmissível.

II - Ademais, há também, no caso, supressão de instância, uma vez que o eg. Tribunal a quo não se pronunciou sobre as matérias ventiladas no presente writ, o que impede a análise, por esta Corte Superior de Justiça, pela vez primeira, de temas não debatidos pelas instâncias ordinárias.

Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 335.596/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 04/04/2016).

Ademais, de acordo com informações obtidas na página eletrônica da Corte Estadual e no parecer do Parquet Federal às fls. 184/188, verificou-se que em 24/10/2019, o Tribunal Estadual julgou prejudicado o HC n. 0628878-77.2019.8.06.0000, diante da superveniente ausência de qualquer restrição à execução do alvará de soltura emitido pelo Juízo de origem, o qual foi efetivamente cumprido em 06/09/2019.

Ante exposto, não conheço do presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intime-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator